

Prova Escrita Objetiva e de Redação – Nível Superior

ANALISTA TÉCNICO - ENGENHARIA FLORESTAL

Tipo 1 – BRANCA**SUA PROVA**

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de texto definitivo destinada à resposta da redação

**TEMPO**

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a resposta da redação para a folha de texto definitivo
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala

**INFORMAÇÕES GERAIS**

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na Lista de Presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!

Língua Portuguesa

TEXTO 1 – CHINA

Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer. É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque, que passou recentemente por aqui.

Coesão e rumo. Exatamente o que falta ao nosso querido país. E mais o seguinte: uma noção completamente diferente do tempo. Trata-se de uma civilização milenar, com mentalidade correspondente. Os temas são sempre tratados com uma noção de estratégia e visão de longo prazo. E paciência. A paciência que, como disse Franz Kafka, é uma segunda coragem.

Nada de curto praxismo, do imediatismo típico do Ocidente, que têm sido tão destrutivos e desagregadores.

Esse traço do chinês é até muito conhecido no resto do mundo. Há uma famosa observação do primeiro-ministro Chou En-Lai, muito citada, que traduz essa noção singular do tempo. Em certa ocasião, no início dos anos 1970, um jornalista estrangeiro lançou a pergunta: “Qual é afinal, primeiro-ministro, a sua avaliação da Revolução Francesa?” Chou En-Lai respondeu: “É cedo para dizer”.

Recentemente, li aqui na China que essa célebre resposta foi um simples mal-entendido. Com os percalços da interpretação, Chou En-Lai entendeu, na verdade, que a pergunta se referia à revolta estudantil francesa de 1968! Pronto. Criou-se a lenda.

Pena que tenha sido um mal-entendido. Seja como for, é indubitável que para os chineses o tempo tem outra dimensão. Para uma civilização de quatro mil anos ou mais, uma década tem sabor de 15 minutos. (*O Globo*, 15/9/2017)

1

O texto 1 pode ser incluído no gênero textual do depoimento pessoal; tomando por base o primeiro parágrafo desse texto, NÃO se inclui entre suas características:

- (A) a presença marcante da 1ª pessoa do singular;
- (B) a busca da interação com os leitores do jornal;
- (C) a importância dada à opinião pessoal do enunciador;
- (D) a preferência por temas de sensibilidade;
- (E) a preocupação com a certeza dos dados veiculados.

2

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer”(texto 1).

O emprego da forma verbal “tem feito” é perfeitamente adequada ao contexto, já que esse tempo verbal expressa ações:

- (A) completamente passadas;
- (B) que se repetiram no passado;
- (C) que se iniciaram no presente;
- (D) iniciadas no passado que continuam no presente;
- (E) iniciadas no presente e de duração indeterminada.

3

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer. É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque, que passou recentemente por aqui”.

O segundo período desse primeiro parágrafo do texto 1, em relação ao anterior, funciona como:

- (A) acréscimo a uma informação já dada;
- (B) explicação de uma afirmativa anterior;
- (C) exemplificação de um fato digno de admiração;
- (D) justificativa para o tempo de residência na China;
- (E) inclusão de uma opinião diversa.

4

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer. É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque, que passou recentemente por aqui”.

A função textual da inclusão de Cristovam Buarque no texto 1 é a de:

- (A) dar importância ao tema escolhido para a crônica;
- (B) dar autoridade e credibilidade às observações do autor;
- (C) demonstrar o valor de sua coluna no jornal;
- (D) criticar indiretamente os gastos do Poder Legislativo;
- (E) indicar que o tema já foi tratado pelo jornal.

5

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer. É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque, que passou recentemente por aqui”.

Nesse primeiro parágrafo do texto 1 há termos cujo significado é esclarecido pelo contexto anterior; o termo que é esclarecido pela situação e NÃO pelo contexto é:

- (A) chineses;
- (B) país;
- (C) neste jornal;
- (D) que;
- (E) aqui.

6

O segundo parágrafo do texto 1 começa por “Coesão e rumo”, seguido de ponto. Tal pontuação tem como função:

- (A) valorizar o diagnóstico de Cristovam Buarque;
- (B) destacar diferenças entre China e Brasil;
- (C) mostrar as duas vertentes que serão analisadas a seguir;
- (D) demonstrar os pontos de reflexão explorados no texto;
- (E) indicar valores da sociedade chinesa milenar.

7

Na primeira linha do texto 1, o termo “leitor” aparece entre vírgulas pela mesma razão que elas são empregadas em:

- (A) “Há uma famosa observação do primeiro-ministro Chou En-Lai, muito citada, que traduz essa noção singular do tempo”;
- (B) “Em certa ocasião, no início dos anos 1970, um jornalista estrangeiro lançou a pergunta...”;
- (C) “Qual é afinal, primeiro-ministro, a sua avaliação da Revolução Francesa?”;
- (D) “Recentemente, li aqui na China que essa célebre resposta foi um simples mal-entendido”;
- (E) “É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque...”.

8

“Coesão e rumo. Exatamente o que falta ao nosso querido país”. Sobre esse segmento do texto 1, é correto afirmar que:

- (A) as duas palavras iniciais representam a mesma coisa, daí que o texto expresse no singular “o que falta”;
- (B) o advérbio “exatamente” tem valor irônico, já que se trata de uma ausência negativa;
- (C) o possessivo “nosso” se justifica por abarcar o cronista e a imensa maioria de seus leitores;
- (D) o termo “querido país” se refere ao Brasil, de forma explícita, e à China, de forma implícita;
- (E) o segundo período desse segmento funciona como explicação vocabular dos termos anteriores.

9

“Coesão e rumo. Exatamente o que falta ao nosso querido país. E mais o seguinte: uma noção completamente diferente do tempo”.

O autor do texto 1 separou a “noção diferente do tempo” em relação aos termos anteriores “coesão e rumo” porque:

- (A) se refere ao item central a ser desenvolvido a seguir;
- (B) os termos anteriores pertencem a outro autor – Cristovam Buarque;
- (C) introduz um tema de valor filosófico, ao contrário dos demais;
- (D) destaca uma distinção de menor importância política;
- (E) sublinha um traço de distinção Oriente / Ocidente.

10

“Os temas são sempre tratados com uma noção de estratégia e visão de longo prazo. E paciência. A paciência que, como disse Franz Kafka, é uma segunda coragem”.

A inserção da citação de Kafka no texto 1 funciona como elemento:

- (A) esclarecedor do significado do termo “paciência”;
- (B) indicador da origem da observação do cronista sobre o valor da paciência;
- (C) contraditório em relação ao anteriormente expresso;
- (D) valorizador literário da crônica;
- (E) irônico, por referir-se à paciência como uma “segunda coragem”.

11

A palavra abaixo, retirada do texto 1, que apresenta um processo de formação distinto dos demais é:

- (A) chineses;
- (B) recentemente;
- (C) milenar;
- (D) desagregadores;
- (E) imediatismo.

12

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer”.

Sob o ponto de vista da estruturação sintática, esse período do texto 1:

- (A) é composto exclusivamente por orações coordenadas;
- (B) é constituído por duas orações;
- (C) contém somente orações subordinadas;
- (D) apresenta coordenação e subordinação;
- (E) é formado por orações sintaticamente independentes.

13

“Nada do curto praxismo, do imediatismo...”; o termo “curto praxismo” (texto 1), é exemplo de:

- (A) neologismo;
- (B) arcaísmo;
- (C) cultismo;
- (D) coloquialismo;
- (E) regionalismo.

14

“Esse traço do chinês é até muito conhecido no resto do mundo”. O mesmo valor semântico do termo “até” se encontra na seguinte frase:

- (A) O cronista viajou até a China;
- (B) O copo ficou cheio até a borda;
- (C) Até os brasileiros gostam da China;
- (D) Li o livro até a página 234;
- (E) Até este mês tudo correu bem.

15

Há vários momentos do texto 1 em que se juntam termos de valor substantivo e valor adjetivo; o par abaixo em que NÃO ocorre mudança de significado em caso de troca de posição é:

- (A) certa ocasião;
- (B) jornalista estrangeiro;
- (C) revolta estudantil;
- (D) simples mal-entendido;
- (E) observação famosa.

16

“Pena que tenha sido um mal-entendido”; a observação do cronista no texto 1 se justifica porque:

- (A) a história narrada seria de mais valor, por ser verdadeira;
- (B) o resultado do mal-entendido tem mais valor filosófico;
- (C) o mal-entendido tira valor da narrativa;
- (D) a figura de Chou En-Lai fica manchada pela ignorância;
- (E) a narrativa deixaria de ser lenda.

17

“Para uma civilização de quatro mil anos ou mais, uma década tem sabor de 15 minutos”. Em busca de expressividade, o autor do texto 1 apela, neste caso, para um(a):

- (A) hipérbole;
- (B) metonímia;
- (C) personificação;
- (D) eufemismo;
- (E) pleonasma.

18

O substantivo “mal-entendido” forma o plural da mesma forma que:

- (A) couve-flor;
- (B) quarta-feira;
- (C) guarda-civil;
- (D) alto-falante;
- (E) pão-de-ló.

19

Observe a charge a seguir.



CHARGEONLINE.com.br - © Copyright do autor

Nessa charge a resposta da menina:

- (A) demonstra não haver entendido a fala do outro personagem;
- (B) critica a baixa qualidade do estudo de língua portuguesa;
- (C) indica pouco conhecimento de figuras de linguagem;
- (D) ironiza a situação do Poder Legislativo no Brasil;
- (E) mostra a distância cultural entre os personagens.

20

Na fala do personagem-pai na charge há um erro de acentuação no vocábulo “quê”; a frase em que ocorre o mesmo erro ortográfico é:

- (A) Há um quê de estranho em tudo isso.
- (B) Os políticos roubam, por quê?
- (C) O quê? Não estou escutando bem...
- (D) O quê da palavra “quero” está mal grafado.
- (E) Por quê você não veio, por quê?

Legislação Aplicável ao Ministério Público do Estado da Bahia

21

A Constituição da República de 1988 é um marco na democracia do Brasil e na história do Ministério Público, que ganhou autonomia para trabalhar, independência financeira e institucional, além de abertura do campo de atuação.

De acordo com o texto constitucional, é função institucional do Ministério Público:

- (A) exercer o controle interno da atividade policial, dentro da estrutura do Poder Executivo;
- (B) exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas, no âmbito do respectivo ente federativo;
- (C) promover, subsidiariamente, a ação penal pública, na forma da lei, podendo requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial;
- (D) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e individuais disponíveis;
- (E) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.

22

Com o escopo de preservar a necessária independência funcional e destemor na sua atuação profissional, os membros do Ministério Público gozam de garantias constitucionais, como a:

- (A) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Procurador-Geral, assegurada ampla defesa;
- (B) estabilidade, após três anos de efetivo exercício em virtude de aprovação em concurso público, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho;
- (C) participação de bônus, que consiste no recebimento de honorários, percentagens ou custas processuais pagos pela parte sucumbente;
- (D) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;
- (E) irreducibilidade de vencimentos, segundo a qual sua remuneração somente pode ser alterada por lei complementar, de iniciativa privativa do chefe do Executivo.

23

O Conselho Nacional do Ministério Público foi criado em 30 de dezembro de 2004, pela Emenda Constitucional nº 45, e tem como objetivo imprimir uma visão nacional ao MP, orientando e fiscalizando todos os ramos do MP brasileiro.

De acordo com a Constituição da República de 1988, o CNMP:

- (A) compõe-se por dez membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha por dois terços do Congresso Nacional, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução;
- (B) tem competência para receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público;
- (C) aprecia a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;
- (D) exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes federativos e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas;
- (E) é órgão de consulta da Presidência da República nos assuntos relacionados com o MP e a defesa do Estado democrático, competindo-lhe sugerir alterações nas leis orgânicas do Ministério Público da União e dos Estados.

24

O inquérito civil tem por objeto apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público. Esgotadas todas as possibilidades de diligências, o membro do Ministério Público, caso se convença da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública, promoverá, fundamentadamente, o arquivamento do inquérito civil.

Nesse contexto, de acordo com a Resolução nº 23/2007 do CNMP:

- (A) o arquivamento é promovido pelo mesmo Promotor que presidiu as investigações, e os autos do inquérito civil, juntamente com a promoção de arquivamento, deverão ser arquivados imediatamente no âmbito interno da Promotoria, salvo se houver recurso por parte de qualquer interessado;
- (B) os autos do inquérito civil, juntamente com a promoção de arquivamento, deverão ser remetidos ao órgão de revisão competente, no prazo de três dias, contado da comprovação da efetiva cientificação pessoal dos interessados;
- (C) as pessoas co-legitimadas para atuar nos direitos tutelados no inquérito civil podem apresentar recurso com as respectivas razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito, no prazo de quinze dias da publicação da promoção de arquivamento;
- (D) a promoção de arquivamento só passa a ter eficácia após sua publicação na imprensa oficial, data em que começa a contar o prazo de dez dias para o legitimado interpor recurso ao órgão colegiado da Administração Superior do MP;
- (E) o arquivamento deve ser promovido pelo membro do MP que preside o inquérito civil, quando esgotadas as diligências pertinentes e verificar-se ausência de ato ilícito ou de justa causa, ou quando concluir ser atribuição de outro ramo do Ministério Público.

25

O Conselho Superior do Ministério Público é órgão da administração superior do Ministério Público, incumbindo-lhe velar pela observância de seus princípios institucionais. Assim, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público da Bahia (Lei Complementar Estadual nº 11/96), compete ao Conselho Superior do Ministério Público:

- (A) determinar por voto de dois terços de seus integrantes a disponibilidade ou a remoção de membros do Ministério Público, por interesse público, assegurada a ampla defesa;
- (B) aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, bem como os projetos de criação, modificação e extinção de cargos e serviços auxiliares;
- (C) rever, mediante requerimento de legítimo interessado, decisão do Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária, acerca de arquivamento de inquérito policial;
- (D) editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos dos serviços auxiliares e atos de disponibilidade dos servidores do Ministério Público;
- (E) dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público, designando quem deva officiar no feito e decidir processo administrativo disciplinar, contra membro da instituição.

26

Promotoria de Justiça do interior do Estado com atribuição para investigação penal promoveu o arquivamento de um inquérito policial.

Caso não concorde com o entendimento ministerial, o Juízo Criminal competente deixará de homologar o arquivamento e, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público da Bahia, deverá remeter os autos ao:

- (A) Procurador de Justiça com atribuição criminal, que designará outro membro do Ministério Público para oferecer denúncia, prosseguir nas investigações, ou insistir no arquivamento;
- (B) Conselho Superior do Ministério Público, que poderá oferecer denúncia, designar outro membro do Ministério Público para fazê-lo, ou insistir no arquivamento;
- (C) Órgão Especial do Colégio de Procuradores, que designará outro membro do Ministério Público para oferecer denúncia, prosseguir nas investigações, ou insistir no arquivamento;
- (D) Procurador-Geral de Justiça, que poderá oferecer denúncia, designar outro membro do Ministério Público para fazê-lo, ou insistir no arquivamento;
- (E) Corregedor-Geral do Ministério Público, que designará outro membro do Ministério Público para oferecer denúncia, prosseguir nas investigações, ou insistir no arquivamento.

27

A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93) dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados.

De acordo com o citado diploma normativo, os Centros de Apoio Operacional são órgãos:

- (A) de execução, competindo-lhes apresentar ao Procurador-Geral de Justiça, na primeira quinzena de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça, relativas ao ano anterior;
- (B) de execução, incumbindo-lhes orientar e fiscalizar as atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, podendo, para tal, realizar correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça;
- (C) auxiliares destinados a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem como a melhor execução de seus serviços;
- (D) auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, competindo-lhes estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;
- (E) auxiliares de natureza transitória, incumbindo-lhes realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público e o acompanhamento dos Promotores Substitutos durante o estágio probatório.

28

A Lei Estadual nº 12.209/2011, que dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, estabelece que os atos de comunicação podem ser da espécie intimação ou notificação.

Tal lei disciplina que esses atos de comunicação são realizados por edital em algumas hipóteses, como quando:

- (A) houver fundada suspeita de ocultação para frustrar o recebimento do ato de comunicação;
- (B) tratem de processo envolvendo interesse de incapaz, diante da indisponibilidade do direito tratado;
- (C) residir o destinatário da comunicação em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência;
- (D) forem dirigidos a agentes públicos, cadastrados no sistema digital da Administração;
- (E) for o destinatário agente público, encontrar-se na repartição e inexistir possibilidade de comunicação por meio eletrônico.

29

Maria, servidora pública civil do Estado da Bahia, no mês passado, permaneceu trabalhando na repartição pública na qual está lotada, pelo período de duas horas a mais por dia, após seu horário regular de expediente (das 18 às 20h), desempenhando tarefas para atender a situação excepcional e temporária, em razão de correição da Corregedoria realizada no início do mês em curso.

No caso em tela, de acordo com a Lei Estadual nº 6.677/1994, Maria:

- (A) não terá direito a qualquer gratificação, diante da ausência de previsão legal;
- (B) não terá direito a qualquer gratificação, eis que não chegou a trabalhar após as 22h;
- (C) terá direito ao adicional noturno, que será remunerado, em regra, com acréscimo de vinte e cinco por cento em relação à hora normal de trabalho;
- (D) terá direito ao adicional por serviço extraordinário, que será remunerado, em regra, com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho;
- (E) terá direito ao adicional por tempo de serviço extra, que será remunerado, em regra, com acréscimo de vinte e cinco por cento em relação à hora normal de trabalho.

30

Joana, ocupante estável do cargo efetivo de Analista Técnico do Ministério Público da Bahia, acaba de adotar um bebê de cinco meses de idade.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, Joana tem direito à licença:

- (A) maternidade, porque o princípio da isonomia impede a distinção entre filho biológico e adotivo, pelo período de noventa dias a contar da data em que a criança chegar ao novo lar;
- (B) maternidade, porque o intérprete da lei não pode distinguir filho biológico do adotivo, pelo período de trinta dias a contar da data em que transitar em julgado a sentença de adoção;
- (C) maternidade, porque, pelo princípio da igualdade, a lei não pode distinguir filho biológico do adotivo, pelo período de até cento e oitenta dias, a contar da data do nascimento da criança;
- (D) à adotante, para ajustamento do menor, pelo período de trinta dias a contar da data em que transitar em julgado a sentença de adoção;
- (E) à adotante, para ajustamento do menor, pelo período de cento e oitenta dias a contar da data em que este chegar ao novo lar.

Conhecimentos Específicos**31**

O peso de uma peça de madeira (kg), perfeitamente cilíndrica, com comprimento = 3,5 m; diâmetro = 0,95 m; e densidade básica média = $0,72 \text{ g/cm}^3$, é:

- (A) 825,44;
- (B) 1168,75;
- (C) 1450,00;
- (D) 1786,23;
- (E) 2120,52.

32

No modelo da cinética da carbonização de Kanury e Blackshear, é a situação que representa o final da segunda fase:

- (A) secagem da madeira;
- (B) frente de pirólise na medula;
- (C) frente de carvão na medula;
- (D) surgimento da frente de pirólise;
- (E) surgimento da frente de carvão.

33

Dados: Área do povoamento energético = 45 ha; IMA = $38 \text{ m}^3/\text{ha}/\text{ano}$; IR = 7 anos; fator de empilhamento da lenha = 1,4.

Tendo por base os dados apresentados, o volume de lenha (st) disponível no plantio é de:

- (A) 7550;
- (B) 11970;
- (C) 16758;
- (D) 22355;
- (E) 26632.

34

Uma cerâmica que consome 11500 st de lenha/ano faz uso de um povoamento energético com IMA = $43 \text{ m}^3/\text{ha}/\text{ano}$; IR = 6 anos; e fator de empilhamento da lenha = 1,3.

Para suprir a demanda de lenha, por um período de um ano, a área do plantio (ha) é de:

- (A) 16,75;
- (B) 34,29;
- (C) 51,98;
- (D) 68,04;
- (E) 85,91.

35

A habilidade de regeneração de um órgão ou tecido, a partir de uma célula vegetal, é conhecida como:

- (A) fisiovalência;
- (B) ambivalência;
- (C) equipotência;
- (D) totipotência;
- (E) amplivalência.

36

A terebintina e o *tall oil* podem ser obtidos por meio da:

- (A) polpação Kraft de resinosas;
- (B) calcinação livre de folhosas;
- (C) extrusão forçada de resinosas;
- (D) vulcanização fria de folhosas;
- (E) retrocarbonização de gramíneas.

37

Os resíduos do processamento industrial de madeira podem ser compactados, para o aumento da densidade, por meio dos seguintes processos de compactação:

- (A) toretagem e desdobro;
- (B) toletagem e picagem;
- (C) cavaqueamento e moagem;
- (D) briquetagem e peletização;
- (E) coqueificação e secagem.

38

Unidades amostrais de $0,3 \text{ m}^3$, coletadas de um total de 1750 kg de carvão vegetal de algaroba (*Prosopis juliflora*), acusaram o peso médio de 70 kg.

O volume total desse carvão, em mdc, é:

- (A) 3,5;
- (B) 5,5;
- (C) 7,5;
- (D) 9,5;
- (E) 11,5.

39

Métodos direto, mediados por *Agrobacterium*, por bombardeio de micropartículas e por microinjeção, relacionam-se à:

- (A) biorremediação genética;
- (B) transformação gênica;
- (C) marcação molecular;
- (D) evolução enzimática;
- (E) biodegradação natural.

40

Floema e xilema, respectivamente, referem-se a:

- (A) madeira e casca;
- (B) casca e madeira;
- (C) flor e radícula;
- (D) radícula e nó;
- (E) flor e nó.

41

Nos viveiros florestais, é bastante comum a utilização de uma técnica conhecida como:

- (A) ressonda;
- (B) entorce;
- (C) rudação;
- (D) ruptura;
- (E) monda.

42

O processo que envolve a liberação de metabólitos secundários produzidos por plantas que influenciam o crescimento e o desenvolvimento de sistemas biológicos é conhecido como:

- (A) mirtíase;
- (B) alelopatia;
- (C) gomíase;
- (D) euforese;
- (E) sinefilia.

43

São instrumentos de campo, utilizados no decorrer do processo de extração de resina:

- (A) nivelador, marcador e agitador magnético;
- (B) cálibre, agitador magnético e marcador;
- (C) agitador magnético, estriador e riscador;
- (D) riscador, raspador de casca e estriador;
- (E) raspador de casca, nivelador e cálibre.

44

Após a cubagem rigorosa de árvores-amostras, obteve-se o volume real de 4 m^3 de madeira. Esse volume de madeira foi empilhado e foi obtido o volume de 5,6 st de lenha.

Foram calculados os fatores de cubicagem e de empilhamento, obtendo-se, respectivamente:

- (A) 0,3 e 0,6;
- (B) 0,5 e 1,0;
- (C) 0,7 e 1,4;
- (D) 0,9 e 1,8;
- (E) 1,1 e 2,2.

45

Alguns métodos para obtenção de óleos essenciais de folhas envolvem o princípio conhecido como:

- (A) arraste a vapor;
- (B) fuga controlada;
- (C) massas fixadas;
- (D) máxima pressão;
- (E) empuxo simples.

46

Numa carvoaria os fornos produzem 5000 kg de carvão (a.s.), a partir de 42 st de lenha. O peso da lenha = 16000 kg a.s.; a densidade do granel = 230 kg/mdc e o teor médio de carbono do carvão = 74,5 %.

Dessa forma, os rendimentos (%) gravimétrico, volumétrico e em carbono fixo são, respectivamente:

- (A) 21,74; 31,25; 69,56;
- (B) 23,28; 32,00; 67,11;
- (C) 29,50; 33,50; 51,76;
- (D) 31,25; 51,76; 23,28;
- (E) 32,00; 67,11; 21,74.

47

Alguns dos fornos de carvoejamento utilizados no Brasil, para a produção de carvão vegetal, são do tipo:

- (A) retangular, galeria, ventaneira e superfície;
- (B) entrincheirado, barril, sinuoso e ventaneira;
- (C) encapsular, entrincheirado, sinuoso e barril;
- (D) encapsular, rabo-quente, galeria e encosta;
- (E) rabo-quente, encosta, superfície e retangular.

48

A forma de simbiose na qual o crescimento e a sobrevivência de ambas as populações são beneficiados é conhecida como:

- (A) endergonismo;
- (B) naturalismo;
- (C) competição;
- (D) paralelismo;
- (E) mutualismo.

49

Parte da fumaça liberada pela carbonização da lenha pode ser condensada, aliviando os efeitos negativos ao ambiente.

Com a condensação dos compostos orgânicos, presentes na fumaça, ocorre a geração do:

- (A) coque metalúrgico;
- (B) dióxido de carbono;
- (C) licor pirolenhoso;
- (D) carvão vitrificado;
- (E) pó lignocelulósico.

50

Os termos herbívoros, carnívoros, parasitas e decompositores referem-se aos:

- (A) níveis tróficos dos elementos heterotróficos;
- (B) grau de dependência alimentar nas savanas;
- (C) efeitos da biosfera sobre os micro-organismos;
- (D) potenciais de interação dos agentes abióticos;
- (E) fatores que regulam a biomassa nas florestas.

51

Os três principais fatores que limitam a distribuição das plantas são:

- (A) transpiração, evaporação e clima;
- (B) fotossíntese, evasão e intempéries;
- (C) ciclagem, absorção e amonificação;
- (D) lixiviação, intemperismo e coesão;
- (E) climáticos, edáficos e bióticos.

52

Um forte motivo para a talhadia não estar sendo utilizada pelas empresas produtoras de polpa celulósica, como a usavam no passado, é a:

- (A) disponibilidade de novos materiais genéticos de alta qualidade no mercado;
- (B) incapacidade dos viveiros florestais de ofertarem mudas melhoradas;
- (C) mortalidade excessiva das mudas que são levadas para o campo;
- (D) impossibilidade de se conduzirem as brotações após o primeiro corte raso;
- (E) falta de interesse e migração das grandes empresas para outras regiões do País.

53

A madeira é um importante combustível (lenha) e, como tal, tem sido utilizada para fins energéticos.

No caso específico da combustão da madeira, são observadas as seguintes etapas, que ocorrem simultaneamente:

- (A) contração radial, enegrecimento dos anéis aromáticos e queima da lignina;
- (B) evaporação da água, queima dos voláteis e queima do carbono fixo;
- (C) abertura dos poros, surgimento das fissuras radiais e queima dos açúcares livres;
- (D) retração linear, incandescência máxima e liberação de fumaça;
- (E) aquecimento paulatino, variação de massa e geração de cinzas volantes.

54

Na manipulação gênica, o corte e a ligação de diferentes fragmentos de DNA podem ser efetuados, respectivamente, por meio de:

- (A) bisturis e tricotecenos de *Fusarium*;
- (B) marcadores e *Clostridium botulinum*;
- (C) enzimas de restrição e DNA ligases;
- (D) biorreatores e *Bacillus thuringiensis*;
- (E) descargas elétricas e fusão in vitro.

55

Um plantio comercial de eucalipto está sendo manejado de forma a produzir escoras aos 4 anos e madeira para serraria aos 15 anos, com espaçamento inicial de 3m X 1m. Considerando-se ausência de falhas, aos 4 anos serão retiradas 50% das árvores para escoras, com o espaçamento passando para 3m X 2m.

Os números de escoras e de árvores remanescentes para serraria, por ha, serão, respectivamente:

- (A) 3333 e 3333;
- (B) 3333 e 2500;
- (C) 2500 e 2500;
- (D) 2500 e 1666;
- (E) 1666 e 1666.

56

Reduzir ou suspender a irrigação num viveiro pode ser uma das medidas adotadas após:

- (A) a semeadura controlada;
- (B) o aparecimento de sintomas de doenças;
- (C) o período de dormência das sementes;
- (D) a infestação por cigarrinhas;
- (E) a adubação de arranque.

57

Prática que interfere na simbiose e diminui os efeitos da atuação dos fungos ectoendomicorrízicos é a:

- (A) calagem excessiva do solo;
- (B) desregulação dos níveis de sulfato;
- (C) aplicação de doses elevadas de N e P;
- (D) quelação dos colóides livres;
- (E) protonação da solução matriz.

58

As mensagens transmitidas pelos satélites, com informações da sua órbita e do seu sistema de tempo, são denominadas:

- (A) diásporas;
- (B) temárides;
- (C) calibragem;
- (D) sisteorbital;
- (E) efemérides.

59

No Sul do Brasil, nos talhões de *Pinus* spp, ocorrem danos econômicos provocados pela praga *Sirex noctilio*.

Para o controle desse inseto, utiliza-se o:

- (A) *Bacillus thuringiensis*;
- (B) *Bacillus madeirae*;
- (C) *Metarhizium resinum*;
- (D) *Brassolis pine*;
- (E) *Deladenus siricidicola*.

60

Nas áreas cujos solos foram degradados pela mineração, com voçorocas, e em que um processo de regeneração já se iniciou, para aumentar a biodiversidade, recomenda-se:

- (A) técnica de nucleação;
- (B) plantio em paralelas;
- (C) ressemeadura direta;
- (D) técnica assimétrica;
- (E) plantio máximo.

61

As bacias são delimitadas pelos divisores de água, que separam uma bacia da outra. Internamente, existem as elevações que dividem as sub-bacias hidrográficas.

Essas elevações são denominadas:

- (A) interflúvios;
- (B) hidrocolunas;
- (C) geoflúvios;
- (D) hidrotirantes;
- (E) refluvímeros.

62

Considere uma capoeira, com regeneração avançada de espécies arbustivo-arbóreas e poucas manchas de solo ainda cobertas com pasto.

São indicadas como técnicas de restauração:

- (A) adensamento com sementes e mudas de espécies pioneiras e tardias;
- (B) enriquecimento com implantes, sementes e mudas de espécies pioneiras;
- (C) adensamento e enriquecimento com sementes e mudas de espécies não pioneiras;
- (D) adensamento com estacas, sementes e mudas de espécies pioneiras;
- (E) adensamento e enriquecimento com sementes de espécies pioneiras.

63

O Brasil apresenta dois grandes domínios de florestas em clima úmido, que são:

- (A) Mata Atlântica e Floresta de Savana;
- (B) Floresta Estacional e Pantanal;
- (C) Pantanal e Floresta Amazônica;
- (D) Mata Atlântica e Floresta Amazônica;
- (E) Mata Atlântica e Floresta de Altitude.

64

Uma das classificações em grupos sucessionais mais utilizadas no Brasil foi proposta por Gandolfi et al. (1995), que considera os seguintes níveis de agrupamento:

- (A) pioneiras, competidoras iniciais e tardias;
- (B) pioneiras, secundárias iniciais e secundárias tardias;
- (C) ruderais, secundárias iniciais e primárias tardias;
- (D) ruderais, secundárias tolerantes e secundárias tardias;
- (E) pioneiras, secundárias competidoras e tardias.

65

O aumento da ocorrência de várias espécies de desfolhadores do pinheiro aparece em locais da floresta com solos:

- (A) deficientes em nitrogênio;
- (B) adubados com potássio;
- (C) adubados com fósforo;
- (D) deficientes em neônio;
- (E) saturados em magnésio.

66

A Lei Estadual nº 10.431/2006 dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia.

Dentre os planos estaduais instituídos pelo mencionado diploma normativo, destaca-se o de Proteção da Biodiversidade, que tem alguns objetivos específicos, como:

- (A) definir critérios e procedimentos para a elaboração, a revisão e a implementação dos planos de manejo;
- (B) apresentar propostas para a utilização dos recursos da compensação ambiental;
- (C) estimular a criação de reserva particular do patrimônio natural;
- (D) identificar espécies ameaçadas de extinção no Estado da Bahia e propor programas para sua conservação;
- (E) propor estratégias para o mapeamento de áreas prioritárias para conservação.

67

Determinada sociedade empresária, devidamente licenciada para operar atividade potencialmente poluidora no território da Bahia, em razão de descuido de um funcionário, causou um acidente com derramamento de produto tóxico, causando dano ambiental pela contaminação hídrica e do solo.

De acordo com o Decreto nº 14.024/2012, que regulamenta a Lei Estadual nº 10.431/2006, a sociedade empresária deverá adotar todas as medidas necessárias para o controle da situação, com vistas a minimizar os danos à saúde pública e ao meio ambiente, incluindo:

- (A) as medidas urgentes de mitigação e reparação da degradação ambiental que, em qualquer hipótese, só podem ser promovidas mediante prévia aprovação do órgão ambiental, que apresentará determinação de ações preliminares para a recuperação das áreas impactadas;
- (B) o fornecimento ao órgão ambiental licenciador, no prazo máximo de quinze dias, de relatório preliminar com estimativa qualiquantitativa do material tóxico, bem como as providências tomadas para apuração, solução e minimização do impacto causado;
- (C) as ações de contenção, recolhimento, remediação, tratamento e disposição de resíduos, bem como as medidas tendentes à recuperação das áreas impactadas, de acordo com as condições e os procedimentos estabelecidos pelo órgão ambiental licenciador;
- (D) a apresentação ao órgão ambiental licenciador de relatório conclusivo da ocorrência, relacionando causas, quantidades, extensão do dano e providências adotadas, no prazo máximo de trinta dias após o acidente;
- (E) as operações de limpeza e restauração de áreas e bens atingidos, de desintoxicação e de destino final dos resíduos gerados, que são imprescindíveis para a continuidade das atividades da sociedade empresária, cuja licença ambiental fica automaticamente suspensa em razão do evento danoso.

68

Um dos grandes desafios para a sociedade moderna, em que o nível de consumo continua a crescer, é a destinação ambientalmente adequada dos resíduos provenientes das atividades humanas.

Nesse contexto, o Decreto Estadual nº 14.024/2012, que regulamenta a Lei Estadual nº 10.431/2006, estabelece alguns princípios específicos que orientam a gestão de resíduos sólidos, como o da:

- (A) preferência do resíduo sólido descartável e não reutilizável como um bem econômico e de valor social;
- (B) responsabilidade civil ambiental subjetiva e do respeito às diversidades locais e regionais;
- (C) cooperação entre as diferentes esferas do poder público, excluído o setor privado pela livre concorrência, e do desenvolvimento sustentável;
- (D) razoabilidade, da proporcionalidade e da responsabilidade civil subjetiva e subsidiária ambiental;
- (E) prevenção, da precaução, do poluidor-pagador e do protetor-recebedor.

69

O licenciamento ambiental é um procedimento administrativo que licencia uma atividade utilizadora de recursos naturais, efetiva ou potencialmente perigosa ao meio ambiente.

Nesse tema, observem-se os seguintes institutos:

I. Instrumento associado ao licenciamento ambiental que possibilita diagnosticar, avaliar e prognosticar as consequências ambientais relacionadas a planos, programas e projetos, bem como à localização, instalação, construção, operação, ampliação, alteração, interrupção ou encerramento de atividade ou empreendimento.

II. Licença concedida para a implantação do empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionamentos.

Os institutos acima citados, de acordo com a Lei Estadual nº 10.431/2006, são conhecidos, respectivamente, como:

- (A) Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Licença de Operação (LO);
- (B) Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) e Licença de Instalação (LI);
- (C) Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA) e Licença Prévia (LP);
- (D) Plano de Manejo Sustentável (PMS) e Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC);
- (E) Zoneamento Territorial Ambiental (ZTA) e Licença Unificada (LU).

70

A Lei Federal nº 6.938/1981 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

De acordo com o citado ato normativo, compete ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA):

- (A) estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos;
- (B) supervisionar, coordenar e consolidar, com o auxílio do IBAMA, a elaboração de diretrizes, normas, planos e orçamentos relativos aos planos anuais e plurianuais do Ministério do Meio Ambiente;
- (C) promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);
- (D) acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ministério do Meio Ambiente em tramitação no Congresso Nacional e providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de competência daquele Ministério;
- (E) realizar o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.

Redação

Mais uma vez discute-se a aposentadoria no Brasil; a Previdência Social, segundo a maioria, é o maior de nossos problemas, que cresce a cada dia. O Governo está tentando aprovar uma proposta que muda alguns pontos da lei atual, mas parece haver uma enorme reação.

Nesse caso, o que fazer?

Redija um texto dissertativo-argumentativo, com no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas, em língua padrão, em que você deve apresentar uma possível solução para o impasse.

Não esqueça de apresentar argumentos pertinentes.

Realização

